



O material apresenta iniciativas voltadas à Atenção Primária

Publicação destaca experiências do SUS na Amazônia

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Amazônia) lançou a publicação “Amazonas, aqui tem SUS”, que reúne experiências desenvolvidas na rede pública de saúde para ampliar o atendimento em municípios do estado. O material apresenta iniciativas voltadas à Atenção Primária, assistência fluvial, vigilância em saúde, imunização, saúde indígena e organização dos serviços em áreas de difícil acesso. A obra foi produzida em parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Amazonas (Cosems-AM) e gestores municipais, reunindo relatos de profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é registrar estratégias adotadas para enfrentar desafios impostos pelas longas distâncias, pela logística fluvial e pelas características do território amazônico. A publicação também busca incentivar a troca de experiências entre gestores e equipes de saúde.

Moradores indígenas improvisam ponte

Moradores indígenas da comunidade Jacamim, em Bonfim, improvisaram uma ponte para restabelecer o acesso a 7 comunidades após danos provocados pelas chuvas. A estrutura foi construída pelos próprios moradores diante da demora por uma solução do poder público. A passagem voltou a permitir o deslocamento de pessoas e o transporte de itens essenciais na região. Segundo os moradores, a travessia é utilizada diariamente para acesso a escolas, unidades de saúde e ao escoamento da produção local.



A ponte de madeira foi construída há três anos

MPRO denuncia ex-juiz por violação de sigilo

O Ministério Público de Rondônia (MPRO), por meio do Procurador-Geral de Justiça, apresentou denúncia ao Tribunal de Justiça do Estado contra um ex-juiz de direito substituto, acusado da prática de crimes entre 2023 e 2024, quando ainda integrava a magistratura rondoniense. Com a denúncia, o MPRO formalizou a acusação e pediu à Justiça a abertura da respectiva ação penal. Segundo a acusação, o então magistrado determinou que servidoras do próprio gabinete entregassem suas senhas funcionais, de uso pessoal e intransferível.

Estudo da Ufam conquista prêmio

Uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) conquistou o 1º lugar em uma premiação nacional. O reconhecimento destacou o trabalho apresentado por integrantes do programa e reforça a participação da instituição em eventos científicos voltados à divulgação da produção acadêmica.

Mutirão

A prefeitura de Macapá iniciará um mutirão para retirar barcos abandonados dos canais da cidade após recomendação do Ministério Público do Estado do Amapá. No Canal do Jandiá, 36 embarcações foram identificadas para remoção. O serviço começará pela limpeza das áreas e seguirá com o recolhimento e descarte das estruturas.

Reunião

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) promoveu uma reunião com representantes das polícias Militar, Civil e Penal para alinhar ações integradas. O encontro tratou do compartilhamento de informações, da definição de estratégias e do fortalecimento da atuação conjunta entre as instituições em atividades de segurança pública.

Estratégias

O Centro Integrado de Investigação do Ministério Público do Amapá reuniu unidades de inteligência para alinhar estratégias e definir ações. O encontro tratou da integração entre os setores, do compartilhamento de informações e do aperfeiçoamento dos procedimentos investigativos. A iniciativa busca ampliar a atuação institucional.

Obra

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) participou na última semana de encontro com comerciantes, moradores e representantes do Município de Marabá para acompanhar os encaminhamentos e prestar esclarecimentos sobre a construção da nova Orla do Espírito Santo, localizada na região do núcleo São Félix.

Artigo

Um artigo desenvolvido a partir de um projeto do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), passou a integrar um livro digital publicado pela Editora V & V. O trabalho reúne resultados de pesquisa realizada pela unidade e amplia a divulgação da produção científica da instituição.

Tutela

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Colares, ingressou com Ação Civil Pública, com pedido de tutela de urgência, contra o Estado do Pará e o Município de Colares, com o objetivo de garantir a continuidade do tratamento médico de uma criança residente na zona rural do município.



O atendimento será feito em cidades como Parintins e Itacoatiara

Ação amplia reconhecimento de paternidade no Amazonas

Atendimentos gratuitos ocorrerão em municípios entre hoje e 31 de julho

Moradores de municípios do interior do Amazonas poderão participar, entre os dias 27 e 31 de julho, de uma ação gratuita de reconhecimento de paternidade e maternidade, investigação de vínculo familiar, realização de exames de DNA e orientação jurídica. A iniciativa será realizada em 18 municípios e integra a campanha nacional Meu Pai Tem Nome, promovida pelas Defensorias Públicas em parceria com o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege). Além do atendimento presencial, haverá modalidade virtual entre 28 e 30 de julho para pessoas que não puderem comparecer às unidades da Defensoria.

A campanha busca garantir o direito ao reconhecimento da filiação e facilitar o acesso da população aos serviços da área de Família. Além dos procedimentos relacionados à paternidade e maternidade, serão oferecidos atendimentos sobre guarda, convivência familiar, pensão alimentícia, partilha de bens e outras demandas jurídicas. Todos os serviços serão prestados sem custos aos participantes.

Os atendimentos presenciais ocorrerão em Parintins, Itacoatiara, Humaitá, Tefé, Tabatinga, Maués, Coari, Ei-

runepé, Manicoré, São Gabriel da Cachoeira, Careiro Castanho, Presidente Figueiredo, Careiro da Várzea, Manaquiri, Benjamin Constant, Lábrea, Manacapuru e Santa Isabel do Rio Negro.

Quem não puder comparecer poderá utilizar o atendimento remoto mediante agendamento.

Segundo a Defensoria Pública do Estado do Amazonas, a mobilização pretende ampliar o acesso da população do interior aos serviços jurídicos, especialmente em localidades distantes dos grandes centros urbanos. A oferta gratuita de exames de DNA também busca reduzir barreiras econômicas enfrentadas por famílias que desejam formalizar o reconhecimento da filiação.

Os agendamentos permanecem disponíveis até o preenchimento das vagas. Para os atendimentos presenciais, os interessados podem procurar a unidade da Defensoria no município participante. Já o atendimento virtual pode ser agendado pelo Disque 129 ou pelo WhatsApp disponibilizado pela instituição. A campanha faz parte de uma mobilização nacional voltada à garantia do direito à identidade, ao fortalecimento dos vínculos familiares.